

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Ivan Dias da Motta (Universidade Estadual de Maringá – UEM)

O MERCOSUL COMO POLITICA DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

LUIZ ARTUR DA SILVEIRA DIAS

Mestrando em direito empresarial e cidadania pelo Centro Universitário Curitiba – Unicuritiba.

RESUMO

O MERCOSUL nasce como um instrumento de integração econômica, por meio do tratado de assunção. A ideia era aumentar as relações comerciais de seus membros e ganhar força no âmbito das negociações internacionais por meio da criação de uma zona de livre comércio. Em um primeiro momento o êxito do bloco era evidente. Isso porque de fato as relações comerciais cresceram de maneira expressiva. Com o passar dos anos se observou uma estagnação do bloco no que diz respeito às suas ideias iniciais de criar uma zona de livre comércio o que gerou bastante críticas à sua existência. A discussão é válida, da mesma forma como é inegável os avanços obtidos.

PALAVRA CHAVE: Blocos Econômicos, Economia, Mercado, MERCOSUL.

ABSTRACT

MERCOSUR was born as an instrument of economic integration, through the Assumption Treaty. The idea was to increase the commercial relations of its members and to gain strength in the scope of international negotiations through the creation of a free trade zone. At first, the block's success was evident. This is because in fact commercial relations have grown significantly. Over the years, there was a stagnation of the bloc regarding its initial ideas of creating a free trade zone,

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Ivan Dias da Motta (Universidade Estadual de Maringá – UEM)

which generated quite critical of its existence. The discussion is valid, just as the progress achieved is undeniable.

KEYWORDOS: Economic Blocs, Economy, Market, MERCOSUL.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca mostrar como se deu o nascimento do MERCOSUL, bem como a importância dele para o desenvolvimento econômico e político regional e finaliza apresentando os problemas que surgiram após a sua criação e suas críticas.

O bloco nasce como uma tentativa de se buscar uma maior inserção das economias integrantes a nova realidade que se fazia presente naquele momento histórico. Devido a globalização as nações começaram a criar grupos políticos e econômicos que visavam um aumento de suas forças nas negociações internacionais.

Brasil e Argentina começaram estas discussões e posteriormente Uruguai e Paraguai, países que se encontravam na zona de influência daqueles países se juntaram a discussão. No início dos anos noventa foi assinado o Tratado de Assunção que colocou em prática essas ideias, ou seja, a criação de uma zona de livre comércio. O bloco nasce sob a influência de políticas neoliberais que já se faziam presentes no mundo a mais de uma década.

Com a criação do bloco observou-se o inegável incremento que ele gerou nas economias participantes, com crescimento das relações comerciais que chegaram a números expressivos. O aumento no comércio chegou a crescer onze vezes quando comparado aos anos anteriores a sua implementação.

Além da questão econômica, o bloco trouxe também ganhos no que tange as relações políticas, sociais e culturais de seus integrantes, uma vez que passaram a adotar medidas que buscavam uma maior aproximação como, por exemplo, a livre circulação de pessoas, políticas de uniformização administrativa, dentre outras.

Apesar de todos os ganhos, os críticos fazem uma análise de que o bloco não alcançou ao que ele se propunha, ou seja, uma zona de livre comércio que

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Ivan Dias da Motta (Universidade Estadual de Maringá – UEM)

buscasse uma maior integração da região com outros países e a verdadeira derrubada das barreiras alfandegárias entre seus membros. O que se observou na verdade foi a imposição de medidas restritivas intra-bloco e a criação de barreiras que vão de contrário as ideias de uma zona de livre comércio. Os críticos afirmam que o MERCOSUL no final das contas se tornou uma união aduaneira incompleta e que por este motivo deve ser revisto.

Mesmo com todas as críticas, sejam elas justas ou não, são inegáveis os avanços que a região obteve ao longo desses anos. A discussão é válida e deve feita de maneira pragmática a fim de encontrarmos as respostas necessárias.

2 NASCIMENTO DOS BLOCOS ECONOMICOS

Desde muito tempo as sociedades vem passando por transformações na ordem econômica, diversos foram os modelos utilizados como por exemplo o liberalismo, o estado de bem estar social dentre outros. Todos estes modelos buscavam sempre uma adequação da sociedade e da economia a realidade vivida no momento. No período de pós segunda guerra mundial os modelos utilizados mostravam-se inadequados para reativar as economias que se encontravam fragilizadas e com isso novas formas de adequação econômica apareceram no cenário mundial. Vale destacar que no pano de fundo desses modelos estava a bipolarização do mundo entre capitalismo e socialismo. Um dos principais motivos desse novo realinhamento econômico era um processo que ficou conhecido como globalização.

A globalização trouxe diversas novidades ao mundo como a “diminuição” das fronteiras econômicas e um aumento dos fluxos de informação, que passa nesse momento a interagir de uma forma mais dinâmica. Este processo potencializou o nascimento dos blocos econômicos. Sobre este processo nos leciona Zygmunt Bauman que:

A globalização tanto divide como une; divide enquanto une — e as causas da divisão são idênticas às que promovem a uniformidade do globo. Junto

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Ivan Dias da Motta (Universidade Estadual de Maringá – UEM)

com as dimensões planetárias dos negócios, das finanças, do comércio e do fluxo de informação, é colocado em movimento um processo “localizador”, de fixação no espaço. Conjuntamente, os dois processos intimamente relacionados diferenciam nitidamente as condições existências de populações inteiras e de vários segmentos de cada população. O que para alguns parece globalização, para outros significa localização; o que para alguns é sinalização de liberdade, para muitos outros é um destino indesejado e cruel. A mobilidade galga ao mais alto nível dentre os valores cobijados — e a liberdade de movimentos, uma mercadoria sempre escassa e distribuída de forma desigual, logo se torna o principal fator estratificador de nossos tardios tempos modernos ou pós-modernos. Todos nós estamos, a contragosto, por desígnio ou à revelia, em movimento. Estamos em movimento mesmo que fisicamente estejamos imóveis: a imobilidade não é uma opção realista num mundo em permanente mudança. E, no entanto, os efeitos dessa nova condição são radicalmente desiguais. Alguns de nós tornam-se plena e verdadeiramente “globais”; alguns se fixam na sua “localidade” — transe que não é nem agradável nem suportável num mundo em que os “globais” dão o tom e fazem as regras do jogo da vida. Ser local num mundo globalizado é sinal de privação e degradação social. Os desconfortos da existência localizada compõem-se do fato de que, com os espaços públicos removidos para além do alcance da vida localizada, as localidades estão perdendo a capacidade de gerar e negociar sentidos e se tornam cada vez mais dependentes de ações que dão e interpretam sentidos, ações que elas não controlam — chega dos sonhos e consolos comunitaristas dos intelectuais globalizados. (BAUMANN, 1999, p. 7 e 8).

Este mundo globalizado trouxe mudanças significativas nas relações entre as nações que a partir deste momento ficam cada vez mais interligadas seja por fatores econômicos, sociais e culturais, o que acabou influenciando sobremaneira o nascimento de uma nova reorganização dos estados com uma mitigação do conceito da soberania. Muitos foram os críticos desta nova ordem como podemos observar abaixo (2012 apud BECK, 1999).

[...] é um equívoco, por exemplo: acreditar que a economia globalizada seja a mais adequada para oferecer o bem-estar para todos, ou que esta é capaz de eliminar as desigualdades sociais. É evidente que não haverá jamais a partilha igualitária da riqueza gerada pela economia global, tampouco o atingimento universal da dignidade de sobrevivência e da cidadania. Ocorre de fato um acirramento das desigualdades entre nações e regiões, assim como num mesmo país ou região, aumentando ainda mais o distanciamento entre ricos e pobres (AZEVEDO, 2012).

Mesmo com críticas observamos que este modelo de desenvolvimento econômico, até o presente momento, é um caminho sem volta e como ele ocorre à consolidação de criação dos blocos econômicos.

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Ivan Dias da Motta (Universidade Estadual de Maringá – UEM)

O primeiro bloco econômico nos moldes de como entendemos hoje nasce na Europa com a união da Bélgica, Holanda e Luxemburgo, este bloco ficou conhecido como BENELUX. Posteriormente outros países ingressaram neste grupo, como Itália, Alemanha e França e ele passou a se chamar CEE (Comunidade Econômica Europeia) que posteriormente, por meio do Tratado de Maastricht, se tornou a União Europeia com a entrada de mais países europeus.

Vale destacar que estes blocos nascem como uma tentativa de reanimar as economias do velho continente e da inserção dessas nações no novo contexto global em que o mundo estava passando. O clichê “unidos somos mais fortes” nunca fez tanto sentido quanto nesse momento histórico.

Nesta mesma corrente, outras nações trataram de firmar os seus tratados com o mesmo intuito de inserção econômica e maior competitividade no âmbito global. Assim começam a nascer novos blocos como o NAFTA – Tratado Norte Americano de Livre Comércio que era formado por Canadá, México e Estados Unidos e o MERCOSUL.

3 O MERCOSUL

O MERCOSUL, também conhecido como Mercado do Sul teve em sua formação inicial Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai e foi o primeiro, conforme nos leciona Vizentini (2007), o grande caso de integração sul-americana que de fato apresentou resultados concretos abrindo alternativas reais de inserção internacional dos países membros nessa nova reorganização econômica mundial. Buscavam uma consolidação no mercado global e um aumento das relações comerciais internas, garantindo um maior poder de negociação no âmbito internacional. Além da perspectiva econômica essa integração construiria um ambiente de paz para seus integrantes, uma vez que “esse aspecto da integração é particularmente significativo, uma vez que essa maior interação entre os agentes produtivos nos quatro países aumenta os interesses mútuos e eleva os custos de eventuais conflitos” (BAUMANN, 2001, p.40).

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Ivan Dias da Motta (Universidade Estadual de Maringá – UEM)

O processo de criação do bloco começou em 1986 com o início das discussões entre Brasil e Argentina que buscavam uma maior integração regional com o intuito de fortalecer as suas economias e se adequar a nova realidade global frente aos blocos que nasciam mundo a fora, bem como um alinhamento as políticas neoliberais que tiveram seu início nas décadas anteriores em países como Inglaterra e Estados Unidos. (GUIMARÃES, 2002, p.131) diz que “as políticas econômicas dos dois países sofreram radical transformação, tendo sido adotadas, nos dois países, filosofia e políticas econômicas neoliberais que tinham como princípio central a abertura unilateral do setor externo e, em especial, do comércio. Sobre este aspecto:

Dentro de sua múltipla funcionalidade, o formato do MERCOSUL, como área de livre-comércio e união aduaneira, estabeleceu uma solução oposta e complementar aos objetivos da política econômica externa do Brasil e da Argentina. Para o Brasil, o MERCOSUL tem sido o principal instrumento para limitar o aumento de sua interdependência econômica com os Estados Unidos, sem isolar-se da economia da região. Para a Argentina, o MERCOSUL tem sido o principal instrumento para elevar suas chances de aumentar os ganhos de uma maior interdependência econômica com os Estados Unidos, na medida em que incluiria o Brasil como fator equilibrador dessa interdependência (ALBUQUERQUE, 2002, p.33).

Na sequência Paraguai e Uruguai pediram a sua entrada no futuro bloco e com isso a integração ganhava mais força. Essa posição era clara, uma vez que Uruguai e Paraguai sempre tiveram Brasil e Argentina como seus sócios estratégicos. Neste cenário os sócios maiores decidiram pela entrada desses países mantendo a integração como prioridade para suas atuações externas, como também buscaram acelerar este processo (ARAUJO e FLORENCIO, 1998, p.40). No dia 26 de Março de 1991 o Tratado de Assunção foi assinado e o bloco entra em atividade. Inicialmente o bloco revela que:

[...] objetivos são prioritariamente comerciais, de liberalização e abertura de mercados, sem pretensão efetiva à coordenação de políticas macroeconômicas e à formulação de políticas comuns, mencionando apenas sua conveniência, sem estabelecer compromissos ou indicar mecanismos para atingir tais fins. (GUIMARÃES, 2002, p.132)

Este tratado trazia várias inovações para os países integrantes que estavam bem além da simples complementação econômica. Visava uma real integração

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Ivan Dias da Motta (Universidade Estadual de Maringá – UEM)

regional em seu sentido mais amplo o que já o diferenciava de outros tratados como o NAFTA por exemplo.

O artigo primeiro do tratado de assunção estabelecia as diretrizes gerais do que se pretendia com esta união:

Este Mercado Comum implica: A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente; O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais; A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegárias, de transporte e comunicações e outras que se acordem, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes, (Tratado de Assunção, 1991, artigo 1º)

Observa-se que o bloco nasce com um caráter puramente econômico, no entanto com o passar dos anos, aprimoramentos foram feitos em outras áreas na busca de uma integração que sobressaia ao simples aspecto econômico. A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, com a eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias, bem como a utilização de uma Tarifa externa comum, a unificação das políticas frente aos estados estrangeiros ao bloco, abriu espaço para políticas de integração social com praticas que facilitam a circulação de pessoas e a busca por uma maior proximidade cultural entre esses povos.

Os ganhos reais são bastante visíveis para alguns estudiosos. Guimarães (2014) destaca o incremento nas relações comerciais que cresceram de maneira vertiginosa desde sua fundação, dentre outros ganhos abaixo elencados:

Comércio entre os países do MERCOSUL aumentou mais de onze vezes desde 1991 enquanto que o comércio mundial cresceu apenas cinco vezes; A expansão dos investimentos das empresas privadas nacionais dos países participantes em outras economias do MERCOSUL; grande influxo de investimentos diretos provenientes de países altamente desenvolvidos, com excedente de capital, e da China, dirigido aos países do MERCOSUL; O financiamento de obras de infraestrutura nos países do bloco por entidades financeiras de países do MERCOSUL; A criação de um fundo, o FOCEM, Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL, com contribuições

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Ivan Dias da Motta (Universidade Estadual de Maringá – UEM)

diferenciadas (97 % do Brasil e da Argentina) para, por meio de recursos não reembolsáveis, permitir a realização de obras de infraestrutura, em especial no Paraguai e no Uruguai, que recebem 80% dos recursos, com o objetivo de reduzir assimetrias entre os países membros do MERCOSUL e criar melhores condições para o desenvolvimento; aumento da mobilidade da mão de obra por meio da assinatura de acordos de residência e de previdência social; a coordenação e o intercâmbio de experiências em programas sociais, em especial no campo de combate à pobreza; a defesa e a consolidação da democracia (Guimarães, 2014).

Vale destaca que nossa constituição já trata desta questão quando em seu artigo 4º parágrafo único nos leciona que “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.”.

Inicialmente o bloco nasce então com a ideia central de se tornar um mercado comum, no entanto esta integração toma outras proporções, muito por conta das novas políticas que eram aplicadas nas economias centrais e se tornou um potencializador para a implementação de programas de liberalização comercial com o estabelecimento de uma zona de livre comércio (LARRAÑAGA, 2013, p.548). Com isso se observou um significativo incremento nas relações comerciais entre os integrantes do bloco, conforme se observa no gráfico abaixo:

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Ivan Dias da Motta (Universidade Estadual de Maringá – UEM)

Fluxos Comerciais - Exportações e Importações (em milhares de dólares)								
Argentina								
País	1990-1999		2000-2009		2010-2015		Variação % [X] (1991-2015)	Variação % [M] (1991-2015)
	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação		
Argentina	X	X	X	X	X	X	X	X
Brasil	44.922.347	42.513.047	77.769.662	92.505.629	87.793.756	100.752.917	577%	720%
Paraguai	4.478.553	1.584.890	6.239.784	6.024.844	7.378.658	2.794.694	493%	840%
Uruguai	6.020.453	3.915.190	9.862.155	3.171.273	10.395.527	3.161.042	326%	85%
Brasil								
País	1990-1999		2000-2009		2010-2015		Variação % [X] (1991-2015)	Variação % [M] (1991-2015)
	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação		
Argentina	41.044.904	47.437.189	91.915.871	81.167.308	105.926.999	88.675.306	768%	489%
Brasil	X	X	X	X	X	X	X	X
Paraguai	9.459.326	3.670.236	11.696.526	4.219.958	16.797.534	5.448.980	399%	296%
Uruguai	6.694.896	6.833.643	8.930.698	7.055.927	13.635.610	10.048.681	709%	173%
Paraguai								
País	1990-1999		2000-2009		2010-2015		Variação % [X] (1991-2015)	Variação % [M] (1991-2015)
	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação		
Argentina	808.649	3.807.891	2.188.783	7.265.037	4.334.885	9.452.915	1263%	706%
Brasil	2.850.141	5.807.842	4.135.317	11.097.968	10.977.774	16.424.375	1205%	862%
Paraguai	X	X	X	X	X	X	X	X
Uruguai	200.525	409.914	3.629.414	738.154	3.532.151	831.703	1599%	779%
Uruguai								
País	1990-1999		2000-2009		2010-2015		Variação % [X] (1991-2015)	Variação % [M] (1991-2015)
	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação		
Argentina	2.931.622	5.602.053	3.083.399	10.342.547	2.988.831	9.099.041	138%	328%
Brasil	5.997.433	6.221.697	6.217.333	9.112.889	9.181.152	10.585.564	195%	313%
Paraguai	367.526	140.745	716.082	243.189	902.144	544.509	1021%	807%
Uruguai	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: RODRIGUES, Bernardo Salgado (2016) Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/download/27486/20224>

Extrai-se da análise acima um significativo incremento das relações econômicas entre seus integrantes que tiveram um salto em suas relações. Os dados acima ratificam a hipótese de que, após o início do Mercosul, os fluxos comerciais entre os países do bloco vêm crescendo exponencialmente como se demonstra abaixo:

Entre 1991-2015, a Argentina apresentou uma variação positiva nas exportações intrabloco de 577% (Brasil), 493% (Paraguai) e 326% (Uruguai), enquanto que nas importações, crescimento de 720% (Brasil), 840% (Paraguai) e 85% (Uruguai). O Brasil apresentou nas exportações aumento de 768% (Argentina), 399% (Paraguai) e 709% (Uruguai) e, nas

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Ivan Dias da Motta (Universidade Estadual de Maringá – UEM)

importações, 489% (Argentina), 296% (Paraguai) e 173% (Uruguai). O Paraguai foi o país com o maior aumento nas suas exportações, de 1.263% (Argentina), 1.205% (Brasil) e 1.599% (Uruguai), com as importações variando em 706% (Argentina), 862% (Brasil) e 779% (Uruguai). O Uruguai foi o país com menores ganhos em termos comparativos, com 138% (Argentina), 195% (Brasil) e 1.021% (Paraguai) nas exportações, enquanto que as importações variaram 328% (Argentina), 313% (Brasil) e 807% (Paraguai). (RODRIGUES, 2016, p.3)

A estrutura atual do bloco passou por algumas mudanças daquelas firmadas inicialmente. Hoje o MERCOSUL conta com aproximadamente 290.000.000 milhões de pessoas com a inclusão da Venezuela que atualmente encontra-se suspenso. Os objetivos também aumentaram e a busca pela integração não ficou apenas no caráter econômico e administrativos para o caminho da integração, conforme se verifica dos abaixo:

Aprovação do Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (2017), que amplia a segurança jurídica e aprimora o ambiente para atração de novos investimentos na região; Conclusão do acordo do Protocolo de Contratações Públicas do MERCOSUL (2017), que cria oportunidades de negócios para as nossas empresas, amplia o universo de fornecedores dos nossos órgãos públicos e reduz custos para o governo; Encaminhamento positivo da grande maioria dos entraves ao comércio intrabloco; modernização no tratamento dos regulamentos técnicos; Apresentação dos projetos brasileiros para Iniciativas Facilitadoras de Comércio e Protocolo de Coerência Regulatória. Tratamento do tema de proteção mútua de indicações geográficas entre Estados Partes do MERCOSUL; Aprovação do Acordo do MERCOSUL sobre Direito Aplicável em Matéria de Contratos Internacionais de Consumo (2017), que estabelece critérios para definir o direito aplicável a litígios dos consumidores em suas relações de consumo. (BRASIL, 2020) disponível: <http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>

Mesmo diante de todas as críticas que são feitas atualmente ao bloco, principalmente no que diz respeito ao protecionismo das nações que o compõe é inegável a força em potencial que ele apresenta além dos avanços obtidos para região, principalmente no que diz respeito a sua integração quando comparado com épocas anteriores a sua formação. Isso sem mencionar a sua força no que diz respeito aos números uma vez que a sua composição representa (BRASIL, 2020) “72% do território da América do Sul (12,8 milhões de km², equivalente a três vezes a área da União Europeia); 69,5% da população sul-americana (288,5 milhões de habitantes) e 76,2% do PIB da América do Sul em 2016 (US\$ 2,79 trilhões de um

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Ivan Dias da Motta (Universidade Estadual de Maringá – UEM)

total de US\$ US\$ 3,66 trilhões, segundo dados do Banco Mundial)". Diante desses números é importante o seu fortalecimento e a discussão de medidas que o torne mais moderno e competitivo.

4 CRITICAS AO MERCOSUL

Nos últimos anos, muitas críticas foram feitas a existência e funcionamento do MERCOSUL. Essas críticas são pertinentes, pois de fato, apesar dos progressos obtidos, e eles são inegáveis, não se chegou onde se pretendia, ele não resultou em uma verdadeira zona de livre comércio e seus principais objetivos não foram alcançados. Isso ocorre devido as grandes disparidades entre seus integrantes. Essas diferenças vão desde a proporção econômica, populacional, social, dentre outras, o que acaba gerando interesses diversos e conflitantes, tudo isso temperado com doses de protecionismo adotadas de maneira diferentes por seus integrantes. Além de todas essas questões teríamos também a sensível questão de quem seria o líder do bloco. Esse tema é algo que tocava nas relações entre seus integrantes, principalmente entre Brasil e Argentina,

A posição econômica dominante do Brasil abre um espaço natural para o exercício da sua liderança, o que constitui um tema sensível no contexto de uma aliança estratégica. O equilíbrio entre a negação de um papel hegemônico e a aceitação da responsabilidade pela liderança constitui o ponto político mais sensível do relacionamento Argentina-Brasil no MERCOSUL. A posição líder do Brasil compreende ônus e benefícios e a sua aceitação só poderia desenvolver-se em termos não coercitivos (HIRST, 2001, p.9).

Os problemas internos do bloco se apresentaram desde o início da sua formação, quando então a moeda brasileira se desvalorizou no final da década de noventa e gerou uma perda de competitividade para as exportações portenhas, principal sócio brasileiro no âmbito interno do bloco. Essa desvalorização ocorreu em virtude da paridade do dólar com a moeda argentina. (Arroyo; Zusman, 2010, p. 65). Isso trouxe para dentro do bloco a adoção de medidas protecionistas por parte da

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Ivan Dias da Motta (Universidade Estadual de Maringá – UEM)

Argentina que buscava equilibrar esta questão. Tais medidas obviamente, não coadunavam com os ideais presentes na formação do bloco que era:

O MERCOSUL, após cumprida a fase de transição no período 1991/94, entrou em vigor em 1995, com uma tarifa externa comum (TEC) cuja plena vigência está prevista para 2006. No entanto, os países-membros têm, por vezes, tomado iniciativas que “perfuram” a TEC, baseados em argumentos macroeconômicos (KUME e PIANI, 2005, p. 371).

Décadas após a sua criação observa-se que não se atingiu os objetivos esperados o que fez crescer as críticas quanto ao futuro do bloco que para alguns encontra sérias dificuldades em fazer valer o que foi acordado.

Outro ponto de crítica é a falta de uma política mais agressiva de acordos. O problema residiu no protecionismo de seus integrantes, principalmente por parte do Brasil e da Argentina. O desinteresse na abertura econômica buscando firmar grandes acordos nos levou a uma situação de relativo isolamento, principalmente quando comparo a outros blocos ou até mesmo países como o Chile, Colômbia, Peru e México. Isso ocorre por políticas internas dos países integrantes que visavam uma proteção de sua indústria.

Esse comportamento foi mudando com o passar dos anos e países como, por exemplo, o Uruguai, Paraguai e até mesmo o Brasil, passaram a adotar medidas mais próximas da abertura econômica o que por sua vez conflitavam com os interesses da Argentina. Para alguns estudiosos esse baixo dinamismo da agenda externa em virtude dessas divergências se apresentam como verdadeiras âncoras ao desenvolvimento do bloco.

A crítica feita ao protecionismo no que diz respeito a abertura dos mercados pela assinatura de acordos que propiciassem o crescimento dos mercados fora do bloco foi só o início dos problemas, uma vez que as reclamações quanto ao protecionismo começaram a crescer internamente também. Peña (2014) Uruguai e Paraguai começam a fazer suas reivindicações quanto ao acesso ao mercado brasileiro e argentino que para eles não se concretizou.

Assinala Peña (2014) que o problema é bem mais profundo do que parece, segundo o autor a questão é estrutural, uma vez que os próprios países integrantes

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Ivan Dias da Motta (Universidade Estadual de Maringá – UEM)

não realizam as reformas internas necessárias para a completa abertura e isso acaba dificultando ainda mais a integração devida. A falta de uma política efetiva que busque diminuir as assimetrias internas dos países membros dificulta o progresso do bloco.

O analista Ricardo Rodriguez Silvero (2016) afirma que o MERCOSUL não é uma zona de livre comércio, que não existe coordenação de políticas públicas e que existe uma nítida supremacia dos sócios maiores e que esta situação só poderá mudar pela mudança iniciativa dos sócios maiores.

O bloco nasce com o sonho de criar uma zona de livre comércio que encontra-se conceituada do artigo 24, parte III, Vol. I do GATT que seria:

[...] entende-se por zona de livre comércio um grupo de dois ou mais territórios aduaneiros entre os quais os direitos aduaneiros e as outras regulamentações restritivas são eliminados para o essencial das trocas comerciais relativas aos produtos originários dos territórios constitutivos da zona de livre comércio.

Ocorre que o bloco não chegou de fato a ser uma zona de livre comércio, que era o seu objetivo final. Essa constatação começa inicialmente a incomodar os membros menores do bloco, como Paraguai e Uruguai e mais recentemente o Brasil. Para os críticos a presença de barreiras tarifárias, sanitárias dentre outras dificulta a relação interna e principalmente o seu desenvolvimento, uma vez que não conseguimos consolidar se quer uma união aduaneira. Em contraponto alguns estudiosos afirmam que:

A formação da união aduaneira, embora ainda incompleta, certamente permitiu o redirecionamento de uma parcela dos produtos fabricados no Brasil para os mercados dos outros países membros do MERCOSUL, através de uma criação de comércio e do deslocamento das exportações de terceiros países (desvio de comércio), bem como fenômeno idêntico para a Argentina, Paraguai e Uruguai em relação ao mercado brasileiro (KUME e PIANI, 2003, p.49).

A questão reside que o MERCOSUL da forma que se encontra dificulta as relações dos países membros em discutir individualmente suas políticas comerciais com outras nações fora extra-bloco visto a existência de uma tarifa externa Comum

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Ivan Dias da Motta (Universidade Estadual de Maringá – UEM)

que não permite este tipo de acordo e que é característica própria de uma zona de livre comércio.

Os críticos ao MERCOSUL defendem que o bloco se transforme em uma união aduaneira efetiva e desta forma todos poderiam gerir com independência suas políticas econômicas extra-bloco.

A questão política é outro ponto a se considerar, uma vez que os países membros ao longo das décadas passaram por grandes crises políticas e econômicas como, por exemplo, a Argentina que apresenta uma grande instabilidade quanto às suas políticas econômicas o que acaba gerando a imposição de mais medidas protecionistas, causando descontentamento aos outros membros. Observa-se que não existe uma integração quanto aos princípios econômicos adotados pelos estados integrantes. Para piorar esta situação, nos últimos anos tivemos mudanças políticas importantes dentro do bloco o que aumentou ainda mais a tensão. Todos esses fatores colocam em cheque o futuro do bloco.

Cabe destacar, que apesar de todas as críticas apresentadas, não se pode deixar de ponderar que os ganhos econômicos e políticos do bloco são visíveis e importantes para todos os países e que será necessário o aprofundamento nas discussões para se chegar a uma saída satisfatória.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável os avanços obtidos pela região graças à assinatura do Tratado de Assunção. Os ganhos para seus integrantes são visíveis, bastando uma simples análise dos resultados obtidos quando comparados a anos anteriores à sua assinatura. O comércio intra-bloco teve um aumento significativo, as políticas de integração social e cultural se intensificaram e a paz na região se consolidou.

O seu nascimento se fez necessário para uma adequação da região à nova realidade que se apresentava no mundo, ou seja, pelo nascimento de blocos econômicos que competiam entre si em um mundo que agora era globalizado. Estes

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Ivan Dias da Motta (Universidade Estadual de Maringá – UEM)

blocos proporcionam uma maior força nas negociações e possíveis ganhos econômicos e por consequência um maior desenvolvimento.

O MERCOSUL nasce, inicialmente, como o objetivo de se tornar uma zona de livre comércio. Ocorre que com mais de três décadas de sua fundação este objetivo não foi alcançado e por este motivo muitas análises são feitas quanto a sua afetividade e necessidade de manutenção. Ocorre que o bloco é formado por economias que não se complementam e que são marcadas por um longo histórico de protecionismo. Outro ponto de crítica gira em torno das travas que o bloco cria aos seus integrantes, que ficam presos quando o assunto é a negociação extra-bloco em virtude da Tarifa Externa Comum.

Objetivamente falando, o bloco pode ser considerado uma união aduaneira imperfeita e por este motivo seus críticos defendem a sua revisão.

Os problemas apresentados por seus críticos são inegáveis, no entanto será necessária uma discussão mais aprofundada do tema para que se chegue a uma resposta adequada que garanta os ganhos alcançados e ao mesmo tempo consiga ajustar os problemas apresentados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Juliana Demori de. Livre circulação de mercadorias no mercosul: icm, federalismo fiscal e a (im)possibilidade de um iva nacional no brasil. **Revista Jurídica - UNICURITIBA**, v. 3, n. 36, p. 194-216, dez. 2014.

ARAÚJO; Ernesto Henrique Fraga; FLORÊNCIO, Sérgio Abreu e Lima. **MERCOSUL Hoje**. São Paulo: Editora Alfa e Ômega, 1998.

ARROYO M.; ZUSMAN P., 2010, **Argentina e Brasil**: Possibilidades e obstáculos no processo de integração territorial, São Paulo, Humanitas-UBA/Facultad de Filosofia y Letras.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. O Brasil e os Chamados Blocos Regionais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v.16, n.1, p.30-36, 2002.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. A América Latina face à política de integração econômica regional no mundo subdesenvolvido. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de noviembre de 2012, vol. XVI, nº 418 (62).

Personalidade Acadêmica Homenageada:

Ivan Dias da Motta (Universidade Estadual de Maringá – UEM)

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As consequências humanas**. Tradução de Marcus Penchel, Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1999.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

HIRST, Monica. Atributos e Dilemas Políticos do MERCOSUL. **Cadernos do Forum Euro- Latino-Americano**, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, fev. 2001.

KUME, Honorio; PIANI, Guida. Comércio e Tarifa Externa Comum (TEC) no MERCOSUL: uma perspectiva brasileira. In: CORSEUIL, Carlos Henrique; KUME, Honorio. (Org.). **A abertura comercial brasileira nos anos 1990: impactos sobre emprego e salário**. Rio de Janeiro, 2003.

LARRAÑAGA, Félix Alfredo. Mercosul: o desafio logístico 20 anos depois. In: GADELHA, Regina Maria A. F.. **Mercosul a Unasul - avanços do processo de integração**. São Paulo: Educ, 2013. p. 543-571

PEÑA F., 2014, <<**Relaciones Comerciales entre Argentina y Brasil**>>, Archivos del Presente, Buenos Aires, n. 61.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. **Mercosul: 25 anos de Avanços e Desafios**. Rio de Janeiro: Editora XPTO, 2016. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/download/27486/20224> Acesso em: 01 set. 2020.

SILVEIRA, Vladmir Oliveira da; SILVA, Elio Ricardo Chadid da. A Efetividade dos Direitos Humanos como Fator de Desenvolvimento nas Fronteiras Globalizadas do Mercosul. **Revista Jurídica - UNICURITIBA**, v. 3, n. 52, p. 420 - 447, set. 2018.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O Brasil, o MERCOSUL e a Integração da América do Sul. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, DF, v. 1, n.1, Ago-Dez. 2007.